

Brasília, 10 de março de 2013.

Ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação
José Henrique Paim Fernandes

Exmo. Ministro,

A Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), fundada em julho de 1986, é a entidade máxima de representação de todas e todos os pós-graduandos brasileiros. Aproveitamos a oportunidade desta audiência para expor a Vossa Excelência um arrazoado do que tem sido mais central em nosso debate. Esperamos, entretanto, que possa conhecer melhor nossas discussões, pautas e propostas aceitando nosso convite ao 24º Congresso Nacional de Pós-Graduandos, que acontecerá de 1 a 4 de maio, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ).

Na diretoria da entidade e nas atividades promovidas, temos debatido o momento de desafios e possibilidades que vive o Brasil. O país que receberá a Copa do Mundo de Futebol nos próximos meses tem as atenções do mundo voltadas pra si, um povo alegre e otimista, essa é a oportunidade de mostrar para o mundo o novo Brasil, que procura se desenvolver de forma sustentada e soberana. Acreditamos que um evento de tal porte deve de fato deixar legados, que já são visíveis com os investimentos feitos em mobilidade urbana, com o aquecimento da economia com geração de empregos, etc. Entretanto, este mesmo povo é aquele que saiu às ruas às centenas de milhares de pessoas – e continua se mobilizando – por melhorias nos serviços públicos, ou seja, efetivamente exigindo mais presença do Estado na solução das questões nacionais relacionadas à melhoria da qualidade de vida do povo.

Acreditamos que para tal investimento na melhoria de vida do nosso povo é necessária uma reorientação de rota no tocante a política macroeconômica brasileira. Questionamos de maneira veemente uma política econômica que permanece assentada sobre o tripé firmado ainda na década de 1990 que se baseia em manutenção de elevados superávits fiscal, câmbio flutuante e metas de inflação e que tem por consequência juros elevadíssimos e que penalizam o trabalhador e remuneram setores ligados a especulação financeira, além dos constantes contingenciamentos no Orçamento da União. Esse modelo ortodoxo e a ausência de uma postura que enfrente a necessidade de revisão da dívida pública nos leva a um Orçamento para 2014 que, segundo o SIAFI, prevê 42,05% de gastos com pagamento de dívida, juros, amortizações, etc., e apenas 3,49% para a Educação. Se somarmos Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia (quatro áreas estratégicas para investimento público e que foram poupadas no recente contingenciamento de 44 bilhões de reais), o investimento não chega a 10% do Orçamento Geral da União (apenas 7,98%). É neste cenário que mantemos firmes as bandeiras por 10% do PIB para a Educação e 2% para C,T&I. Cabe colocar que reconhecemos que foram tomadas medidas importantes, como o estímulo ao consumo interno e uma política que favorece a cooperação e o fortalecimento de economias emergentes como a nossa, essas são iniciativas importantes para um país que quer se desenvolver de forma autônoma.

Enquanto entidade representativa dos pós-graduandos, a ANPG não se furta de debater as questões de interesse estratégico para o país, por isso encampa neste mês de março as pautas da Jornada Unificada de Lutas da Juventude brasileira: contra a mercantilização da educação; pela reforma política ampla e democrática, pela democratização dos meios de comunicação, pelo direito à memória e à verdade e como pauta mais específica defendemos a Universalização e Valorização das bolsas de pesquisa e a ampliação dos direitos dos pós-graduandos, como o acesso a assistência estudantil garantido em lei.

Embora à primeira vista possa parecer muito autocentrada, a campanha pela universalização do acesso as bolsas de pesquisa tem por objetivo debater as perspectivas dos milhares de jovens brasileiros que passam a ter acesso ao ensino superior, em especial a partir de programas como o ProUni e o Reuni e, mais recentemente, por meio da Lei nº12.711/2012, conhecida como de Cotas, que reserva metade das vagas Reserva de Vagas das IFES e dos IFECT para estudantes oriundos de escola pública.

A pós-graduação é hoje a responsável por 90% das pesquisas produzidas no país, consideramos que, atrair jovens talentos para a pós-graduação é uma política necessária e estratégica para um projeto de desenvolvimento sustentado do Brasil. Na mesma perspectiva, compreendemos que, além de garantir bolsas a todos os pós-graduandos, por meio da universalização do acesso, é fundamental também que se estabeleça uma política permanente de valorização, visto que, mesmo com os reajustes 2012 (10%) e 2013 (mais 10%), as bolsas de pesquisa sofrem de uma defasagem histórica de ao menos 50% no seu valor real, em função do congelamento completo desses valores entre 1994 e 2004 e considerando a inflação e os reajustes do período (1994 a 2014).

Consideramos ainda que é preciso estabelecer formas e mecanismos mais profundos de valorização da pesquisa e dos pesquisadores brasileiros, sendo um destes mecanismos uma política consistente de assistência estudantil. A partir da concepção de que a política de Assistência Estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso dos estudantes das IFES em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na perspectiva de inclusão social, promoção da igualdade, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão, detectamos a importância de que estas políticas extrapolem a graduação, pois a situação de vulnerabilidade social enfrentada por um estudante de graduação dificilmente será superada durante o percurso da pós-graduação.

Dentro do cenário superficialmente perfilado acima, pensamos ainda que é uma oportunidade perdida a não realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE) neste início de ano eleitoral, momento propício ao debate sobre os avanços necessários no país. Tal conferência poderia ser inclusive, um momento fundamental de pressão pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), que deveria estar em vigor desde 2011, pauta pela qual as entidades estudantis têm se mobilizado.

Por fim, ao tempo em que parabenizamos vossa excelência pela posse em tão importante espaço da gestão estatal, Ministério da Educação, apresentamos algumas discussões já levantadas pela ANPG junto ao MEC em outras oportunidades. Quais sejam: 1) reivindicamos que as bolsas Reuni para a pós-graduação não fossem extintas e consideramos uma conquista a transformação de todas em bolsas Demanda Social da Capes; 2) pautamos que a Assistência Estudantil atenda estudantes de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras (via PNAES), pauta que precisamos avançar; 3) apresentamos a proposta de se criar um FIES para a pós-graduação, esta pauta chegou a ser anunciada na imprensa pelo então ministro Mercadante, mas não conhecemos o que se desenrolou; 4) e apresentamos a SESU a proposta de uma Bolsa Tutoria, voltada para pós-graduandos que pudessem participar do processo de acolhimento e orientação pedagógica dos ingressantes na graduação, sobretudo por meio da Lei de Cotas, contribuindo assim para o sucesso do programa, não temos retorno sobre a possibilidade de implementação de tal modalidade de bolsas. Queremos acompanhar tais debates e nos colocamos à disposição para debater e defender cada política pública que tenha o objetivo de fazer avançar a educação brasileira.

Ressaltamos nossos votos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Luana Bonone
Presidenta da ANPG